



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

## AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 3/2026

Município de Nova Petrópolis – RS  
Secretaria Municipal de Educação e Desporto  
Processo administrativo (1Doc) 11/2026

Torna-se público que o Município de Nova Petrópolis, por meio do Departamento de Compras, Licitações e Contratos Públicos, realizará processo de dispensa de licitação, com critério de julgamento menor preço, na hipótese da Lei 14.133/2021, artigo 75, inciso II, Decreto Municipal 44/2024 e demais legislação aplicável.

Período para encaminhamento das propostas: **20.1.2026 até 22.1.2026**

*E-mail* para encaminhamento das propostas: [dispensa@novapetropolis.rs.gov.br](mailto:dispensa@novapetropolis.rs.gov.br)

### 1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto desta contratação direta é a aquisição de lanches (alimentação) para a Secretaria Municipal de Educação e Desporto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste aviso de dispensa de licitação e seus anexos.

1.2 A contratação ocorrerá por lote (único). O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste aviso de dispensa de licitação e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.3 Os pedidos serão parcelados, podendo chegar – ou não – até o quantitativo máximo descrito no Termo de Referência.

### 2 PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

2.1 A presente chamada pública ficará aberta por um período mínimo de 3 (três) dias úteis, a partir da data da divulgação no Diário Oficial do Município.

2.2 A participação na presente dispensa ocorrerá mediante encaminhamento da proposta relativo ao(s) item(ns)/lote(s) almejados para o endereço [dispensa@novapetropolis.rs.gov.br](mailto:dispensa@novapetropolis.rs.gov.br).

a) O proponente é o responsável por toda a informação encaminhada pelo *e-mail* a título de proposta.

b) O proponente deverá acompanhar as publicações referentes a este processo de dispensa que forem publicadas no Diário Oficial do Município ou forem remetidas ao *e-mail* cadastrado no momento do envio da proposta.

2.3 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

- I - que não atendam às condições deste aviso de dispensa de licitação e seu(s) anexo(s);
- II - estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- III - que se enquadrem nas seguintes vedações:
- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei 6.404/1976, concorrendo entre si;
  - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - g) equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
  - h) aplica-se o disposto na alínea 'c' também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
  - i) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI), atuando nessa condição (Acórdão 746/2014-TCU-Plenário).

### 3 ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA

3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa ocorrerá com o cadastramento de sua proposta, na forma deste item.

3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de dispensa de licitação, encaminhará, exclusivamente por meio do e-mail [dispensa@novapetropolis.rs.gov.br](mailto:dispensa@novapetropolis.rs.gov.br), a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço.



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

3.3 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na constituição da república, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a contratada.

3.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o termo de referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8 Uma vez enviada a proposta pelo *e-mail*, os fornecedores **não** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la.

3.9 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá firmar as seguintes declarações:

- a) inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;
- c) está ciente e concorda com as condições contidas no aviso de dispensa de licitação e seus anexos;
- d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o artigo 93 da Lei 8.213/1991;
- e) não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos da constituição da república, artigo 7º, inciso XXXIII.

#### 4 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1 Encerrado o prazo para o encaminhamento das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

a) neste caso, será encaminhada contraproposta, pelo *e-mail* cadastrado, ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

b) a negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

c) em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será divulgado no Diário Oficial do Município.

4.3 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta final e, se necessário, de documentos complementares.

4.4 Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar proposta comercial com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora, quando for mão de obra.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) contiver vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

c) apresentar preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada quando exigido pela Administração;

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.7 Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

a) para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste aviso de dispensa de licitação, conforme as especificidades do mercado correspondente;

b) será exigida demonstração de exequibilidade das propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

c) será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

4.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

4.9 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado desde que não haja majoração do preço.

- a) o ajuste de que trata este dispositivo limita-se a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- b) considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.10 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.11 Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e assim sucessivamente na ordem de classificação.

4.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, iniciar-se-á a fase de habilitação, observado o disposto neste aviso de dispensa de licitação.

## 5 HABILITAÇÃO

5.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam no **Anexo I – documentação para habilitação**, deste aviso, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado.

5.2 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste aviso de dispensa de licitação.

5.3 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

5.4 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 6 CONTRATAÇÃO

6.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato ou emitido instrumento equivalente, devendo, para tanto, o potencial contratado estar regular perante o fisco do município de Nova Petrópolis (certidão negativa ou negativa com efeitos de positiva).

6.2 O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste aviso de dispensa de licitação.



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

6.3 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.4 O aceite da nota de empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica o reconhecimento de que:

- a) referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei 14.133/2021;
- b) a contratada vincula-se à sua proposta e às previsões contidas no aviso de dispensa de licitação e seus anexos;
- c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 48 (quarenta e oito) meses.

## 7 SANÇÕES

7.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021, quais sejam:

- 7.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 7.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 7.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;
- 7.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o processo;
- 7.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 7.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 7.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a dispensa de licitação ou a execução do contrato;
- 7.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - a) considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa de licitação, mesmo após o encerramento.
- 7.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da disputa.
- 7.1.12 praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei 12.846/2013.



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

7.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) **Advertência** pela falta do subitem 7.1.1 deste aviso de dispensa de licitação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) **Multa** em percentual a ser definido pelo gestor do contrato sobre o valor estimado do(s) item(ns) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 ao 7.1.12;
- c) **Impedimento de licitar** e contratar com o Município de Nova Petrópolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12 deste aviso de dispensa de licitação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo Município ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.5 A aplicação das sanções previstas neste aviso de dispensa de licitação, em nenhuma hipótese, afasta a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente às demais sanções.

## 8 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 O procedimento será divulgado no Diário Oficial do Município.

8.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- a) republicar o presente aviso com uma nova data;
- b) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;
- c) no caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento;



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

d) fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3 As providências dos subitens “a” e “b” acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

8.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste neste aviso de dispensa de licitação, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.

8.6 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF.

8.7 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.8 As normas disciplinadoras deste aviso de dispensa de licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.9 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em qualquer caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.10 Em caso de divergência entre disposições deste aviso de dispensa de licitação e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste aviso.

8.11 Os pedidos de informação e esclarecimentos poderão ser encaminhados diretamente ao e-mail [dispensa@novapetropolis.rs.gov.br](mailto:dispensa@novapetropolis.rs.gov.br).

8.12 Integram este aviso de dispensa de licitação, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos.

ANEXO I – Documentação para habilitação

ANEXO II – Minuta do contrato administrativo

ANEXO III – Modelo de proposta comercial

ANEXO IV – Estudo técnico preliminar

ANEXO V – Termo de referência

Nova Petrópolis, RS, 19 de janeiro de 2026

Daniel Carlos Michaelsen  
Prefeito Municipal



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

## ANEXO I

### DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação na contratação direta, o interessado deverá enviar, quando solicitado pela Administração, os seguintes documentos.

#### 1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d) Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Comprovante de regularidade perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e perante o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
- b) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade perante as fazendas federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, nos termos do Código Tributário Nacional, artigo 193, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT);
- f) Declaração de cumprimento do disposto na constituição da república, artigo 7º, inciso XXXIII;
- g) Caso o interessado seja considerado isento de tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente na forma da lei.

#### 3 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias corridos contados da data designada para a apresentação do documento

#### 4 HABILITAÇÃO TÉCNICA

- a) Alvará sanitário do estabelecimento em vigor (dentro da validade);
- b) Apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado evidenciando que forneceu, de modo satisfatório, gêneros alimentícios de objeto similar ao desta contratação (salgados e doces em formato “coquetel”).



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

## ANEXO II

### MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
.../....., QUE FAZEM ENTRE SI O  
MUNICÍPIO DE NOVA PETRÓPOLIS E A  
EMPRESA .....

**MUNICÍPIO DE NOVA PETRÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 88.572.748/0001-00, com sede junto à Prefeitura Municipal, sito na Rua Sete de Setembro, nº 330, 2º andar, em Nova Petrópolis, RS, por meio do Prefeito Municipal, Sr. Daniel Carlos Michaelsen, doravante denominado **CONTRATANTE**, e ....., inscrito no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado na ....., em ....., doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado por (nome e função do contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei 14.133/2021, resolvem celebrar o presente termo de contrato, decorrente da dispensa de licitação nº .../....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de ....., nas condições estabelecidas no aviso de dispensa de licitação e seus anexos.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência que embasou a contratação;
- O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa de Licitação;
- A Proposta do Contratado;
- A Ata de Registro de Preços, se for o caso;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

O prazo de vigência da contratação é de ..... contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei 14.133/2021 (ou artigo 84 da Lei 14.133/2021, no caso de ata de registro).

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de entrega, conclusão, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

### **5.1. PREÇO**

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....)

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, transporte, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **5.2. FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

### **5.3. PRAZO DE PAGAMENTO**

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivo, aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e acompanhado do respectivo documento fiscal.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento do documento fiscal quando o órgão contratante atestar o recebimento definitivo do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado pelo IBGE.

### **5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.4.1. A emissão de documento fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar o contratado para que emita o documento fiscal com o valor exato dimensionado.



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

5.4.3. O fiscal do contrato deve verificar se o documento fiscal apresentado expressa os elementos necessários e essenciais para o recebimento definitivo e adequados à legislação tributária, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) os objetos;
- d) o valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e
- f) o prazo de validade, quando for o caso.

5.4.4. Havendo erro na apresentação do documento fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas sanadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

5.4.5. O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal estabelecida no edital.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **5.5. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO**

A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

#### **5.6. CESSÃO DE CRÉDITO**

Não será admitida a cessão fiduciária e não fiduciária de direitos creditícios.

### **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

7.1. São obrigações do Contratante:

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3. Receber ou atestar o cumprimento do objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que a execução seja por ele refeita, reparada, corrigida ou substituída, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

7.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990);

8.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) que antecede a data de execução parcial ou total do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados

8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com o documento fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

f) prova de regularidade Municipal do domicílio ou sede do licitante, e com o Município de Nova Petrópolis, nos termos do artigo 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, inclusive cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

8.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, 'd', da Lei 14.133/2021.

8.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

## **CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

IV - **Multa**:

a) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

c) o atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

d) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, poderão ser apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

11.3.1. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

11.3.2. Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- Indenizações e multas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, na dotação abaixo discriminada:

Órgão:	
Unidade:	
Funcional Programática:	
Natureza:	

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei 14.133/2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

Fica definido o foro da comarca de Nova Petrópolis para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste termo de contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme Lei 14.133/2021, artigo 92, § 1º.

Nova Petrópolis, ..... de ..... de 2026

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO



Município de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

## ANEXO III MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Aviso de Dispensa de Licitação nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Ao Município de Nova Petrópolis (RS)

Apresento a proposta para execução do(s) objeto(s) abaixo relacionado(s):

### PROPOSTA FINANCEIRA

#### 1. DO FORNECEDOR

1.1 Razão social	
1.2 Inscrição no CNPJ/CPF	
1.3 Endereço físico	
1.4 Endereço eletrônico ( <i>e-mail</i> )	
1.5 Telefone de contato	

#### 2. DA PROPOSTA

Item	Quantidade	Unidade	Descrição do produto	Marca	Fabricante	Valor unitário	Valor total

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

#### 3. DO RESPONSÁVEL

3.1 Nome completo	
3.2 Inscrição no CPF	

Declaro para todos os efeitos legais que

- o preço contido na proposta inclui todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto do aviso de dispensa e seus anexos;
- ao apresentar esta proposta, com os preços e prazos acima indicados, estou de pleno acordo com as condições gerais e especiais estabelecidas para esta licitação, as quais nos submetemos incondicional e integralmente;
- inexistem fatos impeditivos para a habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- cumpro os requisitos estabelecidos no artigo 3º da lei complementar 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;
- estou ciente e concordo com as condições contidas no aviso de dispensa de licitação e seus anexos;
- cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o artigo 93 da lei 8.213/1991;
- não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da constituição da república.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável



Município de Nova Petrópolis

Rio Grande do Sul

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá a necessidade abaixo especificada.

No presente estudo foi procedida à análise detalhada da necessidade e à identificação no mercado da melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Secretaria Municipal de Educação e Desporto realiza, de forma contínua, ações de capacitação, formação pedagógica e aperfeiçoamento profissional destinadas aos seus servidores, as quais envolvem encontros presenciais, reuniões técnicas, seminários e demais atividades formativas, com carga horária variável, frequentemente estendida ao longo do dia.

A realização dessas atividades demanda condições logísticas adequadas que assegurem o pleno desenvolvimento das ações pedagógicas, especialmente nos casos em que os eventos possuem duração prolongada. Neste contexto, identificou-se a necessidade de disponibilização de gêneros alimentícios para coffee break, como medida de apoio logístico essencial à execução das capacitações, contribuindo para a permanência dos participantes, o conforto durante os encontros e a melhoria do rendimento e da atenção dos servidores ao longo das atividades formativas.

A contratação pretendida visa, portanto, assegurar melhores condições para a qualificação dos servidores municipais, refletindo positivamente na melhoria da qualidade dos serviços educacionais prestados à população.

### 3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação não está prevista no plano de contratações anual, pois o mesmo ainda está em elaboração. No entanto, a despesa consta na programação orçamentária para o ano de 2026.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens especificados neste Estudo Técnico Preliminar deverão ser entregues exatamente conforme descritivos e quantidades especificadas por pessoa. O recebimento do objeto da contratação pela área responsável não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.



## Município de Nova Petrópolis

Rio Grande do Sul

Desta forma ainda para se garantir um trabalho de qualidade, faz-se necessário a apresentação de capacidade técnica de atendimento, bem como Alvará Sanitário Vigente, expedido por órgão competente de Vigilância Sanitária com jurisdição na sede do Município, no qual conste liberação para ramo de atividade compatível com o objeto desta aquisição.

A empresa deve possuir estrutura adequada para produção, armazenamento, transporte e entrega dos gêneros alimentícios, assegurando que os produtos sejam entregues em perfeitas condições e dentro dos prazos estabelecidos.

### 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa de quantidades foi apurada através de levantamento das necessidades da Secretaria de Educação e Desporto, considerando a demanda dos eventos relacionados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTI
1	SANDUICHE – feito com pão de sanduíche, queijo, presunto, pepino ou alface, ovo e margarina. Embalado em plástico filme, individualmente, refrigerado, (acondicionado dentro de embalagem com tampa.)	Unidade	1500
2	BOLO SIMPLES RETANGULAR - Medindo 20 cm x 30 cm (estimando 1kg), produzido de forma artesanal com cobertura de chocolate. Contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, leite, ovos, amido de milho, fermento químico, creme de leite pasteurizado (nata), óleo de soja, podendo ser dos sabores: laranja, cenoura, chocolate ou baunilha. Sabor a definir no momento da compra.	Unidade	100
3	CUCA TIPO ALEMÃ - Medindo 20 cm x 15 cm (estimando 1kg), produzidas de forma artesanal, contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, gordura vegetal hidrogenada ou margarina ou óleo de soja, leite, ovos, fermento químico. Coberta por farofa de açúcar, podendo ser nos sabores uva, doce de leite ou chocolate. Sabor a definir no momento da compra.	Unidade	50
4	PIZZA - Medindo 20 cm x 30 cm, (estimando 1 kg) produzido de forma artesanal. Contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, leite ou água, ovos, fermento químico, óleo de soja, coberta por molho, podendo ser dos sabores carne ou frango ou sardinha. Sabor a definir no momento da compra.	Unidade	60

### 6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO



Município de Nova Petrópolis

Rio Grande do Sul

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTI	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SANDUICHE – feito com pão de sanduíche, queijo, presunto, pepino ou alface, ovo e margarina. Embalado em plástico filme, individualmente, refrigerado, (acondicionado dentro de embalagem com tampa.)	Unidade	1500	R\$ 6,98	R\$ 10.470,00
2	BOLO SIMPLES RETANGULAR - Medindo 20 cm x 30 cm (estimando 1kg), produzido de forma artesanal com cobertura de chocolate. Contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, leite, ovos, amido de milho, fermento químico, creme de leite pasteurizado (nata), óleo de soja, podendo ser dos sabores: laranja, cenoura, chocolate ou baunilha. Sabor a definir no momento da compra.	Unidade	100	R\$ 40,00	R\$ 4.000,00
3	CUCA TIPO ALEMÃ - Medindo 20 cm x 15 cm (estimando 1kg), produzidas de forma artesanal, contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, gordura vegetal hidrogenada ou margarina ou óleo de soja, leite, ovos, fermento químico. Coberta por farofa de açúcar, podendo ser nos sabores uva, doce de leite ou chocolate. Sabor a	Unidade	50	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00



## Município de Nova Petrópolis

Rio Grande do Sul

	definir no momento da compra.				
4	PIZZA - Medindo 20 cm x 30 cm, (estimando 1 kg) produzido de forma artesanal. Contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, leite ou água, ovos, fermento químico, óleo de soja, coberta por molho, podendo ser dos sabores carne ou frango ou sardinha. Sabor a definir no momento da compra.	Unidade	60	R\$ 42,90	R\$ 2.574,00
<b>Total:</b>					<b>R\$ 18.294,00</b>

A estimativa do valor total da contratação é de R\$ 18.294,00 (dezoito mil, duzentos e noventa e quatro reais).

### 7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Há no mercado nacional diversas empresas que fornecem o objeto deste Estudo Técnico, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à Administração Pública, propiciando transparência e legalidade para a referida contratação.

Adiante constam os valores obtidos por meio de orçamento direto feito com fornecedores locais, devido a necessidade de os preços serem compatíveis com o custo local para produção e em conformidade com a lei nº14133/2021. O valor de referência informado resulta da mediana dos valores encontrados.

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL	DATA DO ORÇAMENTO
PADARIA E LANCHERIA MARTINS LTDA	15.379.140/0001-90	R\$ 21.400,00	16/01/2026
50.883.075 JOICE DAIANE JAHN	50.883.075/0001-36	R\$ 15.250,00	16/01/2026
RUDINEI BROMBATTI & CIA LTDA	10.842.053/0001-03	R\$ 17.879,00	16/01/2026



Município de Nova Petrópolis

Rio Grande do Sul

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução proposta visa atender às necessidades de capacitação, formação pedagógica e aperfeiçoamento profissional dos servidores, bem como à aquisição de gêneros alimentícios destinados à realização de coffee break, a fim de suprir a demanda da Secretaria.

A contratação tem como objetivo elevar a qualidade dos eventos de longa duração, evitando que os participantes precisem se deslocar para outros locais para realizar suas refeições. Dessa forma, busca-se proporcionar maior conforto, favorecer a integração entre os participantes e estimular a troca de ideias durante as atividades desenvolvidas.

## **9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO**

Para a contratação não se constatou a necessidade de separação por lotes, uma vez que é mais viável a contratação de uma única empresa para o fornecimento de todos os itens, de maneira a viabilizar a entrega e otimizar despesas com o mesmo. A separação por lotes inviabilizaria e poderia prejudicar a contratação. Sendo assim o cenário mais vantajoso para a Secretária de Educação e Desporto é o fornecimento de todos os itens pela mesma empresa.

## **10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a contratação pretendida, espera-se assegurar condições adequadas para a realização de ações de capacitação, formação pedagógica e aperfeiçoamento profissional dos servidores da Secretaria de Educação e Desporto, garantindo suporte logístico compatível com a duração e a complexidade dos eventos promovidos.

Busca-se, ainda, melhorar a qualidade e a organização dos eventos institucionais, proporcionando conforto aos participantes por meio do fornecimento de coffee break, evitando deslocamentos externos, otimizando o tempo das atividades e favorecendo a integração, a concentração e a troca de conhecimentos

## **11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

Não foram identificadas providências a serem tomadas previamente à assinatura do contrato.

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

Trata-se de contratação independente, cuja finalidade será atingida plenamente quando da conclusão do processo de dispensa e do cumprimento das disposições contratuais.

## **13. IMPACTOS AMBIENTAIS**

Não foram identificados possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação pretendida. Contudo, as empresas a serem contratadas deverão estar devidamente licenciadas



Município de Nova Petrópolis

Rio Grande do Sul

para a comercialização dos itens, bem como alinhadas às práticas ambientais a que estiverem obrigadas e descarte correto o lixo produzido.

#### **14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Não foram identificados riscos com relação a esta contratação, sendo a solução mais adequada e existindo disponibilidade financeira e orçamentária, decidiu-se pela viabilidade da presente contratação.

Nova Petrópolis, 19 de janeiro de 2025.

Gabriel Guimarães Coelho  
Assessor de Legislação e Atos Oficiais



Prefeitura Municipal de Nova Petrópolis  
Rio Grande do Sul

## TERMO DE REFERÊNCIA

Município de Nova Petrópolis

Secretaria Municipal de Educação e Desporto

Necessidade da Administração: Contratação de empresa especializada para fornecimento de coffee break, destinados aos participantes do período de formações pedagógicas.

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de coffee break, destinados aos participantes no período de formações pedagógicas promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTI	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SANDUICHE – feito com pão de sanduíche, queijo, presunto, pepino ou alface, ovo e margarina. Embalado em plástico filme, individualmente, refrigerado, acondicionado dentro de embalagem com tampa.)	Unidade	1500	R\$ 6,98	R\$ 10.470,00
2	BOLO SIMPLES RETANGULAR - Medindo 20 cm x 30 cm (estimando 1kg), produzido de forma artesanal com cobertura de chocolate. Contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, leite, ovos, amido de milho, fermento químico, creme de leite pasteurizado (nata), óleo de soja, podendo ser dos sabores: laranja, cenoura, chocolate ou baunilha. Sabor a definir no momento da compra.	Kg	100	R\$ 40,00	R\$ 4.000,00
3	CUCA TIPO ALEMÃ - Medindo 20 cm x 15 cm (estimando 1kg), produzidas de forma artesanal, contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e	Unidade	50	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00

	ácido fólico, açúcar, sal, gordura vegetal hidrogenada ou margarina ou óleo de soja, leite, ovos, fermento químico. Coberta por farofa de açúcar, podendo ser nos sabores uva, doce de leite ou chocolate. Sabor a definir no momento da compra.				
4	PIZZA - Medindo 20 cm x 30 cm, (estimando 1 kg) produzido de forma artesanal. Contendo farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sal, leite ou água, ovos, fermento químico, óleo de soja, cobertura por molho, podendo ser dos sabores carne ou frango ou sardinha. Sabor a definir no momento da compra.	Unidade	60	R\$ 42,90	R\$ 2.574,00
<b>TOTAL:</b>					<b>R\$ 18.294,00</b>

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de aquisição de luxo.

1.3. O valor estimado do serviço é de **R\$18.294,00** (dezoito mil, duzentos e noventa e quatro reais).

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

2.2. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar condições adequadas para a realização das ações de formação pedagógicas dos servidores, mediante a disponibilização de coffee break como apoio logístico às atividades de capacitação, especialmente em encontros de carga horária prolongada, contribuindo para a permanência, o conforto e o melhor rendimento dos participantes.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste no fornecimento de gêneros alimentícios destinados à realização de coffee break, conforme as seguintes especificações/condições:

3.1.1. Todos os alimentos fornecidos deverão ser produzidos no próprio dia do consumo.

3.1.2. Os alimentos deverão ser entregues em embalagens adequadas, que assegurem a proteção contra danos decorrentes do transporte, bem como garantem as condições de higiene e conservação, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

3.1.3. Os produtos fornecidos deverão ser de primeira qualidade, isentos de danos físicos decorrentes de manuseio e transporte,

3.1.4. Todas as despesas relacionadas à produção, às embalagens, ao transporte e à entrega dos produtos são de responsabilidade da Contratada.

**3.1.5.** A Contratada deverá providenciar o recolhimento de todos os seus materiais e pertences ao final do evento.

**3.1.6.** Eventualmente, o serviço poderá ser prestado fora do horário comercial.

**3.1.7.** A Contratada deverá possuir capacidade operacional para, quando necessário, atender simultaneamente a mais de um evento, inclusive em locais distintos.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Os produtos têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.2.** A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.3.** São condições da contratação:

**4.3.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**4.3.2.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

**4.3.3.** A empresa vencedora deve comunicar a Secretaria Municipal de Educação e Desporto, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**4.3.4.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

**4.3.5.** Os pedidos serão parcelados, podendo ou não chegar até os quantitativos descritos.

**4.4.** Para o fornecimento pretendido, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto, bem como apresentar documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme arrolado em Anexo do Aviso de Dispensa, além da documentação de habilitação técnica adiante expressa.

#### **4.5 HABILITAÇÃO TÉCNICA**

a) Alvará sanitário do estabelecimento, em vigor;

b) Comprovação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado de que forneceu gêneros alimentícios de modo satisfatório, de objeto similar – salgados e doces em formato “coquetel”, ao desta contratação.

#### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** O prazo de entrega dos gêneros alimentícios será informado à contratada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data do evento.

**5.2.** Os produtos deverão ser entregues com antecedência mínimo 30 (trinta) minutos de em relação ao horário de início do evento, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

**5.3.** O endereço para entrega será informado à Contratada juntamente com a Ordem de Compra/Empenho, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data do evento, devendo a entrega ocorrer dentro das dependências territoriais do Município de Nova Petrópolis.

**5.4.** Todos os alimentos fornecidos deverão estar dentro dos prazos de validade e em perfeitas condições de consumo.

**5.5.** Não haverá necessidade de garantia aos produtos oferecidos, contudo, os alimentos oferecidos que estiverem fora dos prazos de validade ou considerados impróprios para o consumo serão rejeitados e deverão ser substituídos de imediato por produto igual ou equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, às custas da Contratada.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato.

**6.2.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.3.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.4.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.5.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**6.7.** A fiscal técnica do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.8.** A fiscal técnica do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**6.9.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscal técnica do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.10.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**7.1.** Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**7.2.** Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) minutos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**7.4.** Em caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou por boleto de cobrança.

7.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de dispensa de licitação, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. Estima-se para a contratação o valor total de R\$18.294,00 (dezoito mil, duzentos e noventa e quatro reais).

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	0800 – Secretaria Municipal de Educação e Desporto
Unidade:	0801 – Gabinete do Secretário
Funcional Programática:	0801.12.122.0800 500 0020 2.046 – Manutenção dos serviços da Secretaria de Educação e Desporto
Natureza:	3.3.90.39.00.00.00 – Outros serviços de terceiros - PJ (281)

## **11. FISCAL DO CONTRATO**

11.1. Será fiscal do contrato a servidora Tatiane Nascimento de Borba, Pedagoga do Município de Nova Petrópolis, matriculada sob nº 10336-5, e, em suas licenças regulares, sua substituta será a servidora Greice Ariane Elias Feldens, Diretora de Setor da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, matriculada sob nº 102840-1. A gestão do contrato ficará a cargo de Caroline Andreia Kehl Matter, Secretária Municipal da Secretaria de Educação e Desporto, matriculado sob nº 8923-0.

Nova Petrópolis, 19 de janeiro de 2026.

Gabriel Guimarães Coelho  
Assessor de Legislação e Atos Oficiais



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6F88-A3A3-8C77-BED1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DANIEL CARLOS MICHAELSEN (CPF 400.XXX.XXX-00) em 19/01/2026 16:40:58 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5  
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://novapetropolis.1doc.com.br/verificacao/6F88-A3A3-8C77-BED1>